

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.416.100 - SE
(2018/0332018-0)**

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
AGRAVANTE : JAMERSON DE BARROS CARVALHO
ADVOGADO : GUILHERME MARTINS MALUF E OUTRO(S) - SE005280
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. EXTORSÃO. EXAME DE CORPO DE DELITO. DESAPARECIMENTO DOS VESTÍGIOS. JUSTIFICATIVA IDÔNEA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRADO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Demonstrada, de forma fundamentada, a total impossibilidade de realização da perícia, é admitida a dispensa do exame de corpo de delito, o qual pode ser suprido por outros meios de prova.
2. A pretendida absolvição ou desclassificação da conduta demandaria de revolvimento do conjunto fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.
3. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator